

SUMÁRIO

Prefeitura de São Miguel do Iguaçu - PR
Guarda Municipal

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: percepção e compreensão da finalidade de textos de diferentes gêneros; localização de informações explícitas no texto; inferência de efeitos de sentido de palavras e expressões; análise de texto do ponto de vista da unidade temática e estrutural	1
Reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.) E sua função social, ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.), Ao registro (formal, informal), à variedade (padrão, não padrão) e à modalidade (oral, escrita)	9
Reconhecimento de relações de coesão sequencial e referencial e de aspectos relativos à coerência textual.....	21
Reescrita de frases e parágrafos do texto.....	25
Equivalência e transformação de estruturas	27
Reconhecimento de efeitos de sentido decorrentes do uso de pontuação.....	29
Da exploração de recursos ortográficos ou morfossintáticos e de campos semânticos	34
Domínio de aspectos morfológicos e morfossintáticos e semânticos: estrutura e formação de palavras	53
Classes de palavras variáveis	61
Concordância verbal e nominal	77
Regência verbal e nominal	79
Tempos e modos verbais.....	81
Pontuação	81
Domínio da ortografia oficial e da acentuação gráfica	82
Questões	83
Gabarito.....	93

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Conjuntos	1
Conjuntos numéricos. Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Potenciação. Radiciação. Frações, decimais, dízimas e operações	7
Números primos	26
Múltiplos e divisores (mmc e mdc)	28
Polinômios e operações com polinômios	35
Notação científica	43
Regra de três simples e composta	44
Equação de 1º. E 2º grau	46
Sistema de equações	51

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Porcentagem	55
Organização de dados estatísticos, quadros e tabelas.....	57
Progressão aritmética e geométrica.....	64
Probabilidade.....	69
Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas.....	73
Problemas de lógica matemática. Problemas do cotidiano com números (naturais; inteiros; racionais; irracionais; reais e números complexos).....	82
Questões	86
Gabarito.....	94

CONHECIMENTOS GERAIS

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas em termos nacionais. Temas que abordam debates sobre políticas públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal, estadual e federal.....	1
Tópicos da história e da geografia do estado e do Brasil.....	2
Conhecimentos sobre a história, a geografia, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município.....	46
Lei orgânica do município.....	52
Lei que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município	98
Lei que dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do município	125
Lei que dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal e dá outras providências, bem como suas alterações	131
Significado das palavras, coletivos e termos usados regionalmente	145
Questões	147
Gabarito.....	151

NOÇÕES DE DIREITO

Noções de direito constitucional: direitos e garantias fundamentais (artigos 5º a 17 da CF), da administração e dos servidores públicos (artigos 37 a 41 da CF) e da segurança pública (144 da CF).....	1
Noções de direito administrativo: organização administrativa do estado.....	29
Noções de direito penal: títulos I, II, III, IV e VIII da parte geral do Código Penal e títulos I, II e XI da parte especial do Código Penal.....	35
Noções de direito processual penal: prisão em flagrante (art. 301 a 310 do Código de Processo Penal).....	78

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei nº 10.826, De 22 de dezembro de 2003 (estatuto do desarmamento): do porte (art. 6º ao 11); dos crimes e das penas (art.12 Ao 21)	80
Lei nº 11.340 De 07 de agosto de 2006 (lei “maria da penha”): art. 1º ao 8º	85
Lei nº 13.869, De 5 de setembro de 2019 (lei de abuso de autoridade)	87
Lei nº 8.069, De 13 de julho de 1990 (estatuto da criança e do adolescente): disposições preliminares (art. 1º ao 6º), da prática de ato infracional (art. 103 Ao 109), do conselho tutelar (art. 131 Ao 137) e dos crimes (art. 225 Ao 244b)	94
Lei nº 9.503, De 23 de setembro de 1997 - institui o código de trânsito brasileiro: artigos 80 a 88; art. 161 A 255.....	102
Lei nº 11.343/06 E suas alterações (sistema nacional de políticas públicas sobre drogas - sisnad).....	125
Jurisprudência do supremo tribunal federal	149
Jurisprudência do superior tribunal de justiça	155
Questões	161
Gabarito.....	167

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei orgânica do município são miguel do iguaçu/pr	1
Lei municipal nº 2.777 De 2016 - dá nova redação à lei do plano diretor que estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento no município de são miguel do iguaçu.....	1
Lei municipal nº 2.666 De 2015 - dá nova redação a lei municipal nº 1845/2006 que trata do regime jurídico dos servidores públicos do município de são miguel do iguaçu, das autarquias e das fundações públicas e dá outras providências	33
Lei municipal nº 3.112 De 2018 - cria guarda municipal fardada e armada e institui plano de carreira interno, a título de merecimento para servidores integrantes do cargo de guarda municipal, e dá outras providências	33
Lei municipal nº 3.749 De 2024 - cria a ouvidoria da guarda municipal para assuntos de segurança pública, e dá outras providências	39
Decreto municipal nº 326 de 2023 - dá nova redação ao regimento interno da guarda municipal de são miguel do iguaçu, e dá outras providências	43
Questões	70
Gabarito.....	75

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

$\in$: pertence

$\notin$: não pertence

$\subset$: está contido

$\not\subset$: não está contido

$\supset$: contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

$\Rightarrow$: implica que

$\Leftrightarrow$: se, e somente se

$\exists$: existe

$\nexists$: não existe

$\forall$: para todo(ou qualquer que seja)

$\emptyset$: conjunto vazio

$\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais

$\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros

$\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais

$\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais

$\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} | x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$



A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitir outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.



DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.



Legislação Específica

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Gerais.



Lei Municipal nº 2.777 de 2016 - Dá nova redação à lei do plano diretor que estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento no município de São Miguel Do Iguaçu

LEI Nº 2.777, DE 08 DE MARÇO DE 2016.

DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI DO PLANO DIRETOR QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU.

A Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I **DA FUNDAMENTAÇÃO**

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei, com fundamento na Constituição da República, em especial no que estabelecem os artigos 30 e 182; na Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade; na Constituição do Estado do Paraná e na Lei Orgânica Municipal, institui o Plano Diretor Municipal de São Miguel do Iguaçu e estabelece normas, os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação.

Art. 2º O Plano Diretor Municipal aplica-se a toda a extensão territorial do Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 3º O Plano Diretor Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do Município e integra o processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas.

Art. 4º Integram o Plano Diretor, instituído por esta, as seguintes leis:

- I - Lei dos Perímetros Urbanos;
- II - Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da Sede Urbana;
- III - Lei do Parcelamento do Solo Urbano;
- IV - Lei do Sistema Viário;
- V - Código de Obras;
- VI - Código de Posturas.

Parágrafo único. Outras leis poderão vir a integrar o Plano Diretor, desde que cumulativamente:

- a) Tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal;
- b) Mencionem expressamente em seu texto a condição de integrantes do conjunto de leis componentes do Plano Diretor;
- c) Definam as ligações existentes e a compatibilidade entre seus dispositivos e os das outras leis já componentes do Plano Diretor, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis.